



Educação: Políticas, Estrutura e Organização 4

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização

4

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 4 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-305-7

DOI 10.22533/at.ed.057190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 4” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS MARCAS DOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS E AS TEORIAS DA APRENDIZAGEM EM UMA PRÁTICA DE ENSINO PROFISSIONAL	
Calinca Jordânia Pergher Lucas Billo Dias Thamille Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903041	
CAPÍTULO 2	11
AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS QUE NORMATIZAM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MEDIDA PROTETIVA NO BRASIL E O DIREITO À EDUCAÇÃO DOS/AS ACOLHIDOS/AS	
Daiane Lins da Silva Firino	
DOI 10.22533/at.ed.0571903042	
CAPÍTULO 3	23
AS POLÍTICAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DIDÁTICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR	
Valdir Avelino de Paiva Luandson Luis da Silva Joel Nunes de Farias Elaine Cristina Meireles Silva Marizete Soares de Oliveira Santos Hosana Souza de Farias Aldair Viana Silva de Alcaniz	
DOI 10.22533/at.ed.0571903043	
CAPÍTULO 4	32
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NAS CONCEPÇÕES NEOLIBERAIS	
Luandson Luis da Silva Joel Nunes de Farias Valdir Avelino de Paiva Elaine Cristina Meireles Silva Aldair Viana Silva de Alcaniz Marizete Soares de Oliveira Santos Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903044	
CAPÍTULO 5	42
AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E A EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA UMA VISÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	
Isis Nalba Albuquerque Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0571903045	

CAPÍTULO 6	49
AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA EDUCAÇÃO COMO METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM, NA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL: O USO DO APLICATIVO “SILABANDO”, COMO RECURSO DIDÁTICO	
Mariana Oliveira de Oliveira Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903046	
CAPÍTULO 7	64
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	
Andreia Valeriano Figueredo Leandro Edilene Cristiano de Figueredo Valeriano Giovani Mendonça Lunardi Eliane Pozzebon	
DOI 10.22533/at.ed.0571903047	
CAPÍTULO 8	73
ATIVIDADES AQUÁTICAS E SEUS BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS COM AUTISMO: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Weslley Alex da Silva Dionísio Mylli Ketwilly Ferreira dos Santos Amanda Aparecida de Lima Adriano Florêncio da Silva Pedro Lucena de Paula Carolina Lourenço Reis Quedas Dayana da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0571903048	
CAPÍTULO 9	85
ATIVIDADES RECREATIVAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA	
Evandro Jorge Souza Ribeiro Cabo Verde Lionela da Silva Corrêa Francianne Farias dos Santos João Otacilio Libardoni dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903049	
CAPÍTULO 10	97
AULAS PRÁTICAS COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NOS CONTEÚDOS DE DENSIDADE E MISTURAS	
João Victor Odilon da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030410	
CAPÍTULO 11	104
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ONLINE UTILIZADA EM AULAS PRESENCIAIS	
Daniela Veiga de Oliveira Najla Fouad Saghie Tiago Nascimento de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.05719030411	

CAPÍTULO 12 113

AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE “LIXO” E “RESÍDUO” EM UMA ESCOLA DE REFERÊNCIA DA CIDADE DE VERTENTES/PE

Euarda do Nascimento Serra Sêca
Paloma Lourenço Silveira de Araújo
Juliana Thais da Silva Amaral
Ana Paula Freitas da Silva

DOI 10.22533/at.ed.05719030412

CAPÍTULO 13 124

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Cláudia Costa dos Santos
Camyla Silva da Costa
Ronaldo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.05719030413

CAPÍTULO 14 134

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO (ADEPE), UMA EXPERIÊNCIA INICIAL

Gresiel Ramos de Carvalho Souza

DOI 10.22533/at.ed.05719030414

CAPÍTULO 15 143

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ESCOLARES DOS ANOS FINAIS SOBRE A COLETA SELETIVA DE LIXO

Tamiris Alves Rocha
Dayane de Melo Barros
Marllyn Marques da Silva
Cristiane Maria da Conceição
Gilvania Luana da Rocha Silva Neves
Gerliny Bezerra de Oliveira
Jardielle de Lemos Silva
Danielle Feijó de Moura

DOI 10.22533/at.ed.05719030415

CAPÍTULO 16 149

AVALIAÇÃO ESCOLAR EM GRUPOS INTERATIVOS: UM ESTUDO TEÓRICO DE PRÁTICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ÚLTIMOS ANOS

José dos Santos Ferreira
Leonardo Alcântara Alves

DOI 10.22533/at.ed.05719030416

CAPÍTULO 17 162

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O QUE DIZEM OS GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS COM OS MELHORES RESULTADOS NO MUNICÍPIO DE CORURUPE/ALAGOAS

Jucicleide Gomes Acioli

DOI 10.22533/at.ed.05719030417

CAPÍTULO 18	173
AVALIAÇÃO, REPETÊNCIA E JUÍZO PROFESSORAL: UM DIÁLOGO QUALI-QUANTI	
Maria de Lourdes Sá Earp Glauco da Silva Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.05719030418	
CAPÍTULO 19	188
AVALIAÇÃO: PARA QUE TE QUERO? UM OLHAR VOLTADO PARA ALÉM DO EDUCAR E CUIDAR	
Aline Dias Nascimento Rita de Cássia M. O. André	
DOI 10.22533/at.ed.05719030419	
CAPÍTULO 20	197
BIOMASSA DE BANANA VERDE: CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA EDUCATIVA COMO FERRAMENTA DE APOIO AO PRODUTOR RURAL	
Bárbara Jardim Mariano Suzete Maria Micas Jardim Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.05719030420	
CAPÍTULO 21	202
BIOTECNOLOGIA: UTILIZAÇÃO DE MICRORGANISMOS PARA O PROCESSO DE BIORREMEDIAÇÃO EM AMBIENTES CONTAMINADOS - PERSPECTIVAS TECNOLÓGICAS	
Emília Mendes da Silva Santos Isabela Regina Alvares da Silva Lira Ariosto Afonso de Moraes Adriene Siqueira de Melo Maria Gracielly Lacerda de Abrantes	
DOI 10.22533/at.ed.05719030421	
CAPÍTULO 22	208
BRASIL – MOÇAMBIQUE, AFIRMANDO SINERGIA E RECONSTRUINDO IDENTIDADES PELA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO INTERNACIONAL ENTRE A UFRN E A UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE	
Marília do Vale Góis Pacheco Medeiros Adir Luiz Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.05719030422	
CAPÍTULO 23	219
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUA EVOLUÇÃO ATÉ A EAD	
Joel Nunes de Farias Luandson Luis da Silva Valdir Avelino de Paiva Hosana Souza de Farias Elaine Cristina Meireles Silva Aldair Viana Silva de Alcaniz Marizete Soares de Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05719030423	

CAPÍTULO 24	231
CAMINHOS DA HISTÓRIA 2.0: UMA PROPOSTA DE USO DE JOGOS DIGITAIS NA SALA DE AULA	
Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias Mariana Oliveira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.05719030424	
CAPÍTULO 25	240
CANTO DE MURO: UMA ABORDAGEM DE INVESTIGAÇÃO ZOOLOGICA NA OBRA DE CÂMARA CASCUDO	
Bruno de Paiva Rêgo Elineí Araújo-de-Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05719030425	
CAPÍTULO 26	251
CARACTERIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA LÓGICO-MATEMÁTICA DOS ALUNOS DO IFRN <i>CAMPUS-MACAU</i>	
Marfisa Hyanchelle Cortez Costa Josivan Bonifácio Rocha de Almeida Micleydson Batista dos Santos João Batista Gomes Moreira Liliane Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030426	
CAPÍTULO 27	264
CASAS GAYS E FAMÍLIAS TRADICIONAIS: CONCEPÇÕES HISTÓRICO-EDUCATIVAS E DISCURSOS EXCLUDENTES	
Robson José de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.05719030427	
CAPÍTULO 28	273
COLEÇÕES BIOLÓGICAS: ALTERNATIVA PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE BOTÂNICA	
Nadja Larice Simão de Lacerda Rivete Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.05719030428	
CAPÍTULO 29	280
COMO SUPERAR AS DIFICULDADES DO ENSINO DE FÍSICA CONTEMPORÂNEO POR MEIO DE MÉTODOS DIFERENCIADOS	
Daiane Maria Medeiros da Silva Hérika Rafaella Soares da Silva Ana Maria Torres da Silva Regiane Marta Cassimiro de Farias Lidiane Maria Omena Silva Leão	
DOI 10.22533/at.ed.05719030429	

CAPÍTULO 30 287

COMPARAÇÃO ENTRE AS PROVAS DO ENADE 2005 E 2008 DO GRUPO I:
COMPOSIÇÃO DAS HABILIDADES PELA TEORIA C.H.C

[Andreia Silva da Mata](#)

DOI 10.22533/at.ed.05719030430

CAPÍTULO 31 297

CONFRONTANDO AVALIAÇÕES SOB UMA VISÃO MULTICULTURAL:
EXPANDINDO PRÁTICAS QUE ELEVAM O CONHECIMENTO, NÃO QUE O
BLOQUEIAM

[Aldnir Farias da Silva Leão](#)

DOI 10.22533/at.ed.05719030431

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

CASAIS GAYS E FAMÍLIAS TRADICIONAIS: CONCEPÇÕES HISTÓRICO-EDUCATIVAS E DISCURSOS EXCLUDENTES

Robson José de Oliveira Brito

Universidade Federal de Pernambuco

Caruaru - PE

RESUMO: Os casais gays estão emergindo cada vez mais, saindo da clandestinidade e revelando-se como sujeitos. Sujeitos estes que passam a ser como os heterossexuais, possuidores de direitos civis. No entanto, em uma sociedade demarcada pela heteronormatividade, alguns gays possuem uma relação de conflitos com os parentes por estarem vivendo e tendo um relacionamento homoafetivo de maneira escondida ou não dos seus familiares. Neste contexto, mesmo aqueles que são assumidos continuam a suportar calados e diariamente a ideia de moralidade que se entranha nas paredes do lugar que eles chamam de “Lar”. Em face disto, o objetivo deste artigo é compreender a construção social/histórica da família e o discurso excludente da existência de casais gays e de conflitos entre estes grupos. Para isso nós iremos descrever algumas características destes grupos familiares e identificar como se dá o namoro de casais homoafetivos nestes contextos. Como metodologia utilizamos uma perspectiva bibliográfica. As conclusões parciais que chegamos foi que mesmo diante de um modelo familiar hegemônico e excludente, os casais gays possuem como referência social

estes mesmos modelos, mas por um outro lado também vêm em si mesmos a quebra de um paradigma estabelecido e o surgimento de novos referenciais de relacionamento afetivo/amoroso.

PALAVRAS-CHAVE: Casais Gays, Famílias, Discursos Excludentes.

1 | INTRODUÇÃO

Os relacionamentos amorosos sempre existiram na história da humanidade, sejam eles heterossexuais ou homossexuais. No entanto, em uma sociedade demarcada pela heteronormatividade, alguns gays possuem uma relação de conflitos com os parentes por estarem vivendo e tendo um relacionamento homoafetivo de maneira escondida ou não dos seus familiares. Neste contexto, mesmo aqueles que são assumidos continuam a suportar calados e diariamente a ideia de moralidade que se entranha nas paredes do lugar que eles chamam de “Lar”.

Entretanto, essa temática ainda necessita de mais discussões e do alargamento sobre o ponto de vista com que é discutida. Assim, utilizamos nesse trabalho autores/as como Ariès (2006), Costa (2004), Foucault (1988), Veiga-Neto (2007), Britzman (1996) pois compreendemos que eles/elas podem ajudar

nesse estudado mais profundamente se levar em consideração a relevância das contribuições que trazem para a questão.

Ao aprofundar essa discussão e acrescentar mais pragmatismo à temática, verifica-se na contemporaneidade que alguns relacionamentos gays convivem simultaneamente com famílias tradicionais de forma “velada”. Falar sobre isso até pode ser e/ou parecer para alguns, corriqueiro, passageiro e de pouca importância. Mas o olhar sobre a realidade, a partir do trabalho reflexivo, talvez possa ser um instrumento de extrema importância para a compreensão de tais fatos. Neste sentido, fugindo de uma explicação definitiva sobre o fenômeno, consideramos importante o tratamento deste porque ele pode ser uma relação de poder estabelecida e conflituosa entre família e sujeito que se autodenomina “gay”. Tratar deste tema é, além de curioso, delicado pois incomoda o pensamento moralista da família tradicional brasileira, mas sobretudo porque demonstra um campo nas relações sociais em constante embate com a ideia tradicional de moralidade.

Em face disto, o objetivo deste artigo é compreender a construção social/histórica da família e o discurso excludente da existência de casais gays e de conflitos entre estes grupos. Para isso nós iremos descrever algumas características destes grupos familiares e identificar como se dá o namoro de casais homoafetivos nestes contextos.

2 | METODOLOGIA

Este artigo tem uma metodologia amparada com a abordagem qualitativa de interpretação das realidades socialmente construídas (LUDKE e ANDRÉ, 1986). O método utilizado para a construção deste estudo é de cunho bibliográfico. Buscamos com isso fazer um pequeno levantamento de referenciais teóricos específicos que vão tratar, do que chamamos de família tradicional, ao longo dos anos e de como isso foi reproduzido na sociedade. Esta decisão se justifica porque nós queremos fazer um pequeno esforço para entender (sem se pensar em respostas definitivas) a problemática de casais LGBT que convivem com famílias tradicionais. Para fundamentar esta escola, corroboramos com a ideia de que a pesquisa bibliográfica:

(...) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Com isso buscamos pensar em uma estrutura simples de análise dos textos, fazendo inferências centrais nas quais buscamos revisitar e refletir ao mesmo passo em que introduzimos a problemática, aprofundando sua discussão A metalinguagem

envolvida nesse processo busca dar conta dessa estrutura mínima de análise.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico nos preocupamos em abordar em uma perspectiva não linear, a história da família tradicional, os costumes, as culturas e principalmente como os contextos sociais foram importantes para a construção de um discurso normativo e generalizado de como deve ser composta uma família, segundo este discurso. Bem como buscamos compreender minimamente como a educação familiar e escolar participaram desse processo. Por último, problematizamos e refletimos como os conflitos entre casais gays e famílias tradicionais aos quais estes estão imersos ou convivem, se dão no cotidiano.

3.1 Uma Breve Retrospectiva Histórica da Família Tradicional

A história da composição de famílias é um tema antigo. Datando desde o período clássico até a atualidade percebe-se maneiras pontuais de organização e de cotidiano da vida familiar. Na idade média na Europa a vida humana era retratada em obras de arte em suas maiorias das vezes representando fatos, sentimentos, emoções que remetiam a esse cotidiano. Principalmente no que se refere ao ofício que cada pessoa exercia. Era como se a vida significasse o trabalho que se fazia, o que parece totalmente natural aos olhos dos historiadores modernos. Essa impressão sobre quem é a partir do que esse alguém faz é uma característica presente nas obras de arte da idade média e continuou desta forma por longos séculos. Isso demonstra o apego emocional que as pessoas tinham ao escolherem essa parte de suas vidas como importante o suficiente para serem eternizados nas mãos dos artistas da época.

Para além disso, é interessante como as famílias da idade média sempre se recolhiam em ambientes protegidos, geralmente domésticos. Isso significa dizer que a família em sua ideia central poderia ser considerada um lugar de apoio, segurança e afeto.

Neste cenário o que se destaca são os trabalhos manuais do campo. Nele vemos homens pegando em ferramentas e fazendo o cultivo de uma variedade agroecológica para subsidiar e sustentar sua vida e de seus familiares. A figura da mulher também aparece, geralmente como a dona de casa ou desempenhando funções secundárias nas atividades campesinas, como dar de beber aos trabalhadores após a colheita em um dia de verão.

Outra coisa retratada eram as ruas. No uso delas entende-se que há a intenção de representar a extensão da vida privada e das relações sociais e a partir disso as festividades que ocorriam em meio a este ambiente aberto, como é o caso dos torneios entre cavaleiros e cavaleriços e das festas folclóricas.

No entanto, a ideia de vida por assim dizer começou a se modificar no século XVI com a valorização da hierarquia familiar e com a compreensão de que esta simbolizava uma vida duradoura. Assim, as artes passaram a enfatizar esses aspectos, nos calendários principalmente, onde cada mês acompanhava as estações da colheita, fortalecendo a ideia de ofício, e famílias trabalhando nestes espaços, valorizando-as.

As religiões sem sombra de dúvida exerceram um papel fundamental nesta história. De igual modo, família hierarquizada significa um casamento hierarquizado, demarcando o patriarcalismo e a centralização da figura masculina, heterossexual e paterna. Saindo das ruas, aqui as igrejas ganham um peso muito grande, quase como se a família fosse a representação do próprio Deus cristão. Esteticamente as famílias começaram a aparecer em momento como o jantar, com todos os membros em volta de uma mesa com muitas variedades de comidas, frutas na maioria das vezes.

No século XVII o anacronismo geracional da vida, por assim dizer, as imagens que representam o imaginário das fases da vida em família começaram a ganhar destaque. A virilidade masculina e paterna é enfatizada, geralmente com a figura de um pai ao centro de uma mesa de jantar ou alguma outra forma de reunião familiar.

Com isso, a família conjugal moderna vai aos poucos se formando no cotidiano e no imaginário coletivo e histórico humano. Nesse sentido a ideia de uma educação doméstica, passada de geração em geração, afasta-se pelo que hoje conhecemos como uma escolarização ou alguma ideia mais pedagógica. Naquela época as crianças aprendiam muito mais empiricamente, ou seja, no mundo da prática social e assim era reproduzida de geração para geração. Aprendiam e reproduziam inclusive a “forma correta” de família: mãe, pai e filhos. E assim, formas outras de relação social eram dispensadas e repudiadas devido ao perigo que estas apresentam para o modelo de família predominante.

Ao longo da história humana algumas formas de família prevaleceram sobre outras. Mas os historiadores e estudiosos concordam que o modo de família medieval continuou na idade moderna, à partir dos modelos que burgueses e nobres viviam com famílias não-solitárias e centralizando toda atenção do grupo para as crianças, além do sentimento de casa/lar. Esse sentimento de família pouco se alterou até os dias atuais. Como afirma Philippe Ariès, a que devemos boa parte dessas reflexões:

O casamento tardio, a precocidade do trabalho, os problemas habitacionais, a mobilidade do estágio do auxiliar junto ao mestre, a persistência das tradições de aprendizagem – todos esses fatores constituíram obstáculos ao modo ideal de vida familiar burguesa, obstáculos que a evolução dos costumes pouco a pouco removeria. A vida familiar estendeu-se a quase toda a sociedade, a tal ponto que as pessoas se esqueceram de sua origem aristocrática e burguesa. (2006, p. 189)

Ainda nessa perspectiva de resgate histórico, outro autor, Jurandir Freire Costa, trata das concepções sociais e médicas envolvidas com as famílias desde a época colonial brasileira até os dias atuais. Ele fala que na época colonial a criança era tida

como secundária, em uma importância menor para a motriz familiar. Os adultos, como mantenedores e pessoas responsáveis pela subsistência da vida, eram tidas como mais relevantes. Nessa visão, como eles trabalham e tomam as decisões políticas são eles as figuras centrais e de direito.

Em contrapartida, quando estas mesmas crianças cresciam, pelo menos nas classes dominantes da sociedade, sofriam fortes influências e controle dos pais para a continuidade da família e a tradição cultural de determinada família, perpetuando o seu “nome”. Desta forma, a conjugalidade entre homem e mulher era o papel a se desempenhar na base familiar. Isso sem entrar na questão da sexualidade, que é muito complexa pois até a masturbação era vista como doença ou crime.

No que se refere ao casamento, na época colonial ele era realizado entre homem e mulher e geralmente seguindo a lógica de herança familiar e uma espécie de contrato de interesses econômicos. Portanto a conjugalidade não celebrava a união amorosa entre dois indivíduos. Outra característica é a disparidade etária entre homem e mulher, onde o homem sempre era o mais velho e a mulher já poderia se casar desde a adolescência.

Neste cenário a religião teve um papel fundamental de controle da sexualidade. O ato de intercurso só era permitido com o fim de procriação e obediência das leis do Divino. Isto causou o condenamento automático de sexualidade desviantes ou de atos sexuais autônomos e fora do casamento, seja antes, durante ou depois. Além disso, dentro do próprio casamento era necessário ter a disposição mínima para o ato sexual e também evitar o excesso dele.

Todos esses fatos juntos caracterizam uma moral familiar e um suposto bem estar social que prevalece até os dias atuais. Logo, as práticas desviantes desse padrão comportamental eram execradas, humilhadas e os indivíduos que as praticavam eram punidos severamente, inclusive para servir de exemplo para a educação infantil na tentativa de impedir o crescimento contingente dessa “doença” homossexual. A existência homossexual era um confronto direto a função paternal e ideia machista do homem como centro da família. A igreja mais uma vez, e alguns autores da Literatura como Gregório de Matos, recriminavam o ato e reproduziam a discriminação com estes indivíduos. Mesmo a prática sendo aceita em tribos como a dos tupinambás, ainda assim a Igreja não reconheceu sua “normalidade”.

3.2 A Construção de Um Discurso Excludente e Heteronormativo

Compreendemos que todos nascemos imersos em um mundo já constituído pela linguagem, onde os discursos já estão constituídos, circulando livremente e sem pudor. A partir deles nós vamos ao longo da vida tomando consciência de nós mesmos enquanto sujeitos. Veiga-neto (2007) alude esta ideia usando o pensamento de Foucault:

(...) o sujeito de um discurso não é só origem individual e autônomo de um ato que traz à luz os enunciados desse discurso; ele não é o dono de uma intenção comunicativa, como se fosse capaz de se posicionar de fora desse discurso para sobre ele falar. (VEIGA-NETO apud FOUCAULT, 2007, p. 91)

Neste sentido as famílias heteronormativas são compostas geralmente por sujeitos que já são socialmente construídos por uma determinada linha de discurso que os fazem naturalizar as maneiras heterossexual e heteroafetiva de viver e conviver. Com isso, se aflora o processo de exclusão por sujeitos que de alguma forma fujam desse padrão heteronormativo e que eventualmente possam a vir formar uma família homoparental, por exemplo.

Mas vale lembrar que pessoas LGBTQ, em sua maioria de vezes, já nascem e crescem em ambientes com família formadas por homem, mulher e filhos ou filhas, e que costumam se relacionar sexualmente e romanticamente com pessoas do gênero oposto. Neste cenário é contraditório em si mesmo a homossexualidade e a homoafetividade, olhando-se por esse lado. Ainda não há um consenso nas várias áreas do conhecimento sobre como se forma detalhadamente o desejo homossexual. Portanto, ainda não é possível afirmar enfaticamente como ela surge. Nosso esforço se encaminha muito mais no campo do discurso. Pois se o discurso forma a subjetividade, como um discurso predominante forma sujeitos que contradizem a ele próprio? Isso é algo a ser pensado. Pessoas LGBT emergem desse campo e lutam pela sua existência e pela legitimidade de poderem formar suas próprias subjetividades. Podemos concluir então que existe um discurso geral e binário (heterossexual e homossexual) predominante e que na contramão deste há uma gama de discursos que prezam pela diferença em relação ao primeiro, não-binários, não-indetitários, entre tantos outros.

O próprio conhecimento ganha uma nova análise. Muda-se a forma de ver e analisar os discursos, muda-se também a forma de pensar sobre o conhecimento. Sujeitos de um determinado discurso, sob essa ótica, são capazes de elaborar conhecimentos de acordo com o tipo de discurso em que está relacionado diretamente. Além disso não é apenas um sujeito que faz o discurso. Ele é um processo histórico e social e que se faz enquanto ação prática de um enunciado. Para Veiga-neto:

Nunca é demais lembrar que uma prática discursiva não é um ato de fala, não é uma ação concreta individual de pronunciar discursos, mas é todo um conjunto de enunciados que “formam o substrato inteligível para as ações, graças ao seu duplo caráter de judicativo e ‘veridicativo’”. Isso equivale a dizer que as práticas discursivas moldam nossas maneiras de constituir o mundo, de compreendê-lo e de falar sobre ele. E, ainda que uma prática discursiva dependa da nossa vontade, essa não é suficiente para gera-la e fazê-la funcionar. (VEIGA-NETO, 2007. p. 93)

No entanto, há uma problemática que merece uma devida atenção. Como analisar um fato dado como verdadeiro por alguns sujeitos por um lado e por outro lado estes mesmos fatos são dados como falsos? Nesse empasse parece caber a discussão sobre a heteronormatividade.

Para Foucault o discurso não é verdadeiro e nem falso. Bem como não é interessante analisar isso mas sim os processos que os estabelecem. Os procedimentos que separam a verdade de seu oposto, ou ainda as nuances e as possíveis camadas do que pode ser considerado verdade para alguém ou algo em determinado contexto e posição social. Veiga-neto enfatiza que:

(...) os discursos –bem como os silêncios- se distribuem em níveis diferentes e constantemente cambiantes, cuja variação é função de múltiplos elementos, tais como “quem fala” e “quem escuta”, sua posição na trama discursiva, suas relações dentro de uma instituição e as relações entre diferentes instituições, além da disposição dos próprios enunciados. São os enunciados dentro de cada discurso que marcam e sinalizam o que é tomado por verdade, num tempo e espaço determinado, isso é, que estabelecem um regime de verdade. (VEIGA-NETO, 2007, p. 101)

A esta verdade não nos referimos simplesmente por uma posição de valorização do que é verdade ou não, mas mais no sentido de entender os processos que a formam e as consequências excludentes quando uma verdade sobrepõe outra em uma relação de poder. Desta forma buscando compreender quais sujeitos estão por trás de um enunciado, quais os processos que o motivam aparecer e os interesses que estes vêm neste horizonte discursivo.

Ser homossexual não é fácil. Compreender-se, aceitar-se, assumir-se fazem parte de um longo e doloroso processo, principalmente quando o indivíduo cresce e vive em um ambiente familiar tradicional/religioso. Portanto, não é de se surpreender quando este indivíduo abre-se a uma experiência amorosa e passa a viver em conjunto outro ser homossexual. Isso é ainda mais complexo quando percebemos uma sociedade que exclui formas outras de conjugalidade. A população gay não teve por muitos anos um lugar social no âmbito familiar nem teve um referencial de construção familiar. Desta forma, os casais homossexuais não possuíam uma visão de vida em união. Mas, em 2013 com a legalização do casamento gay este cenário começou a mudar. A partir disso, os direitos da população LGBT foram cada vez mais sendo reconhecidos. No entanto não podemos esquecer que a cultura ainda é excludente e os casais gays muitas vezes não são vistos com bons olhos, infelizmente no próprio seio familiar ao qual cada um está ligado. Defendi (2010) fala que:

Todas essas questões produzem grande impacto subjetivo seja na formação, manutenção e cotidiano de quem vivem conjugalmente com alguém do mesmo sexo. A necessidade em criar estratégias sejam elas cognitivas, afetivas e relacionais se impõem de forma imperiosa para esses casais e entendemos que o trabalho psicoterápico pode ser um recurso de grande valia para situações de crise e promoção de saúde e qualidade de vida a esses casais. (p. 36)

Entre as dificuldades diárias que o casal homossexual passa está a aceitação social, no ambiente de trabalho, na universidade, nas igrejas, nas famílias de origem, etc. Os conflitos que eles passam ao sair de casa para viver juntos é um aspecto

fundamental para entender o confronto que existe nessa mudança.

Compreendemos que o preconceito, a discriminação e a exclusão por parte da chamada família tradicional que preza por valores normativos e institucionais de família (homem + mulher + filhos) estão compreendidos no campo de um discurso moral e reforçado pela educação que se dá no meio familiar e nas escolas. A este assunto Britzman (1996) fala que é necessário repensar o currículo escolar de maneira a problematizar a sociedade de identidades e os discursos de representação e de poder cultural ou até mesmo religioso. Desta maneira, seria um caminho para também repercutir nos espaços familiares e provocar um debate ou reflexão sobre como somos criamos e sobre quais valores de juízo estão de fato condizentes com um discurso de amor que a maiorias das religiões tanto pregam.

4 | CONCLUSÕES

As conclusões parciais que chegamos foi que mesmo diante de um modelo familiar hegemônico e excludente, os casais gays possuem como referência social estes mesmos modelos, mas por um outro lado também vêm em si mesmos a quebra de um paradigma estabelecido e o surgimento de novos referenciais de relacionamento afetivo/amoroso.

O instituído, o posto, o padrão é pois o lugar da crítica que precisa ser feita. Neste caso específico, sobre como as famílias vão mudando ao longo dos anos e da história humana. Não obstante, o modelo de família homoparental vem ganhando destaque na academia. Neste pequeno exercício de pesquisa em que fizemos, pode-se entender que ainda há muito o que se debater para o desenvolvimento de uma compreensão humana mais ampla e libertadora. Deste modo os muros e paredes da universidade precisam cair para permitir que este conhecimento seja amplamente discutido, debatido e compreendido por todos.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2012**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em: 08 de março de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2012**. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>. Acesso em: 12 de março de 2018.

BRITZMAN, Deborah P. **O Que é Esta Coisa Chamada Amor?; identidade homossexual, educação e currículo.** Porto Alegre: Faculdade de Educação/UFRGS, 1996.

CARROL, Angus e ITABORAHY, Lucas Paoli. **State-Sponsored Homophobia: A World Survey of Laws: criminalisation, protection and recognition of same-sex love.** ILGA, 2015.

CONNELL, Raewyn W. **Gender: In World Perspectives.** Polity: Cambridge, 2009.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DEFENDI, Edson Luiz. **Homoconjugalidade masculina, revelação e redes sociais: um estudo de caso.** 2010. 141f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – PUC – SP, São Paulo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber;** tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e JA Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa.** São Paulo: EPU, 1986.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SANDERS, Gary L. **O Amor que Ousa Declarar seu Nome; do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas.** In: IMBERBLACK, Evan. Os Segredos na Família e na Terapia Familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-305-7

